

## ATO NORMATIVO CONJUNTO PRS – CGE 002/2020

25 de junho de 2020

Altera as datas previstas para o início das etapas do Plano de Retomada das Atividades Presenciais do TCE-RJ instituído pelo Ato Normativo Conjunto PRS – CGE 001/2020, e dá outras providências.

A Presidente do **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, Conselheira Marianna Montebello Willeman, e o Vice-Presidente e Corregedor-Geral, Conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, no uso de suas atribuições constitucionalmente e legalmente previstas,

### RESOLVEM:

Art. 1º Fica alterado o *caput* do art. 12 do Ato Normativo Conjunto PRS – CGE 001/2020, e fica acrescentado o §4º, com a seguinte redação:

*“Art. 12. A primeira etapa do Plano de Retomada das Atividades Presenciais do TCE-RJ terá início em 29 de junho de 2020, segunda-feira, observado o percentual máximo de 20% (vinte por cento) do quadro do respectivo setor, devendo o quantitativo remanescente funcionar em regime obrigatório de trabalho remoto (home office).”*

*[...]*

*§ 4º Nas situações em que a chefia imediata considerar que o prosseguimento do trabalho remoto não prejudica o regular desenvolvimento das atividades do setor, poderá utilizar quantitativo de pessoal inferior a 20%, com no mínimo 1 (um) servidor atuando presencialmente, justificando-se detalhadamente, por escrito, a adoção da medida à Corregedoria-Geral, por meio da especificação da situação individual de cada servidor do setor que não integre o grupo de risco e que porventura esteja impedido temporariamente de retornar ao regime de trabalho presencial.”*

Art. 2º O *caput* do art. 13 do Ato Normativo Conjunto PRS – CGE 001/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 13. A segunda etapa do Plano de Retomada das Atividades Presenciais do TCE-RJ terá início em 20 de julho de 2020, segunda-feira, mantendo-se o percentual máximo de 20% (vinte por cento) do quadro do respectivo setor, com efetivo mínimo de ao menos 1 (um) servidor por unidade, permitido o atendimento presencial dos usuários externos, exceto os cidadãos em geral, preferindo-se os atendimentos realizados remotamente pelos meios tecnológicos disponíveis.”*

Art. 3º O art. 14 do Ato Normativo Conjunto PRS – CGE 001/2020 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 14. A terceira etapa do Plano de Retomada das Atividades Presenciais do TCE-RJ terá início em 17 de agosto de 2020, segunda-feira, observado o percentual máximo de 50% (cinquenta por cento) do quadro do respectivo setor, permitido o atendimento presencial de todos usuários externos, não obstante a manutenção da recomendação de que os atendimentos, preferencialmente, sejam realizados remotamente, pelos meios tecnológicos disponíveis.*

*§ 1º A progressão para a terceira etapa somente será implantada estando o Estado na “bandeira laranja ou amarela”.*

*§ 2º O equivalente a 50% (cinquenta por cento) do quadro do respectivo setor deve ser calculado sobre o número de servidores com lotação no setor, excluídos os integrantes de grupo de risco.*

*§ 3º Nas situações em que a chefia imediata considerar que o prosseguimento do trabalho remoto não prejudica o regular desenvolvimento das atividades do setor, poderá utilizar quantitativo de pessoal inferior a 50%, com no mínimo 2 (dois) servidores atuando presencialmente, justificando-se detalhadamente, por escrito, a adoção da medida à Corregedoria-Geral, por meio da especificação da situação individual de cada servidor do setor que não integre o grupo de risco e que porventura esteja impedido temporariamente de retornar ao regime de trabalho presencial.*

*§ 4º Serão retomadas as diligências externas a serem executadas pessoalmente por servidores que não estejam em grupos de risco, observada a devida utilização de equipamentos de proteção individual (EPI).”*

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Deliberado em reunião virtual em 25 de junho  
de 2020.

**MARIANNA M. WILLEMANN**  
Conselheira-Presidente

**RODRIGO MELO DO NASCIMENTO**  
Conselheiro Vice-Presidente

**NOTA:**

- Publicado no DORJ de 29.06.2020.